



HISTÓRIA IMEDIATA DA GREVE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS-MA [2014]

Carlos Bauer

Universidade Nove de Julho – UNINOVE (Brasil)

Endereço eletrônico: carlosbauer@pq.cnpq.br

Vanessa Amorim

Universidade Nove de Julho – UNINOVE (Brasil)

Endereço eletrônico: vanessappge@uni9.edu.br

1551

INTRODUÇÃO

*É preciso conhecer os limites da força. É preciso
saber quando combinar força com estratégia.*

Leon Trotsky

Aspiramos com esse trabalho apresentar e debater algumas experiências vivenciadas pelos trabalhadores em educação do município de São Luís (Maranhão) durante o movimento grevista realizado no ano 2014.

A eclosão dessa greve se deu após um longo período de desrespeito aos direitos estatutários e perdas salariais, além do abandono quanto à manutenção das escolas, tanto em suas estruturas físicas, quanto em relação ao apoio com materiais didáticos e ao suporte pedagógico necessário ao bom funcionamento das escolas.

Nesse instante, a categoria de professores municipais indignou-se com as autoridades municipais e, por intermédio de sua direção sindical, procurou estabelecer canais de diálogos com os representantes do poder executivo local, entretanto, estes adotaram uma postura política de intransigência diante dos representantes docentes e de indiferença quanto ao quadro de calamidade social no qual a educação municipal estava mergulhada.

Num quadro como este, de crescente insatisfação social e indignação política, com o descabimento das autoridades com o trato da educação municipal, o movimento grevista se iniciou de forma massiva, com a participação de 70% da categoria e o apoio, em parte, da população ao movimento docente.

No transcurso do movimento, as ruas e as praças do município de São Luís se tornaram palco de diversas e grandiosas manifestações públicas, expressando, à luz do dia, a luta dos professores em defesa da educação pública, universal, laica e gratuita, como, também, denunciando as péssimas condições de trabalho e a insalubridade



reinante nas escolas, o que, inclusive, poderia trazer sérios prejuízos ao processo de aprendizagem, as condições de saúde e ao bem-estar dos alunos.

Em seu livro *A formação da Classe Operária Inglesa*, no prefácio, Thompson (1997, p. 09), elucida a definição para classe e assevera, “Por classe, entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria – prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico”.

APONTAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS SOBRE O ESTUDO

Com intenção de resgatar, em sua dimensão histórico-crítica e educacional, algumas das ações e experiências vivenciadas durante a greve de professores do ano de 2014, na cidade de São Luís, procuramos nos referenciar nos argumentos de NORA, (1988, p. 180), destacando a relevância de se estudar o tempo presente, sob a perspectiva de que “viver o presente como já possuído de um sentido histórico”.

Também, corrobora com as ações relatadas neste trabalho, os escritos de SANCHES & BAUER, (2015, p.44), quando argumentam acerca da valoração humanística da trajetória das pessoas que procuram, de forma despretensiosa, compreender e tecer prognósticos sobre o tempo e a vida social, nos quais se encontram imersos, apesar do solo histórico da temporalidade que o presente nos oferece ser um terreno fugaz.

Na esfera educacional nos parece ser muito apropriado que os historiadores tragam à tona o testemunho de sua época e a compreensão que tem do tempo e da vida social na qual estão mergulhados, mesmo sapientes de que o presente é o terreno do efêmero e dos acontecimentos fugidios. Na contemporaneidade, as responsabilidades desse historiador social da educação estão associadas a compreensão de que existe em curso, na chamada sociedade capitalista, uma luta pela preservação da memória e de que o seu papel jamais poderia ser meramente contemplativo, transformando-se, então na própria expressão da resistência à opressão e exploração que são próprios do mundo do capital. (SANCHES & BAUER, 2015, p.44).

Ao longo do processo de construção deste estudo histórico educacional, coletamos depoimentos de representantes da liderança sindical e de inúmeros professores que fizeram parte da greve.



Procuramos compor este estudo histórico educacional, firmando-o em fontes fotográficas e impressas, nos registros memorialísticos e na valorização das experiências dos seus protagonistas, com o objetivo de procurar contribuir com a valorização, política e social, deste momento importante da luta dos trabalhadores em educação.

1. Um olhar para a situação sociopolítica no município de São Luís (MA)

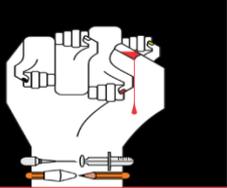
O cenário político, econômico e social do Brasil, durante o ano de 2014, se mostrou muito agitado devido à realização das jornadas eleitorais, estaduais e federais, entremeadas pelas manifestações que aconteciam por todo o território nacional, reflexo dos movimentos iniciados no ano anterior nas maiores capitais do país e que se alastraram por inúmeras cidades.

O contexto político-social que a cidade de São Luís estava vivenciando naquele momento, traduzia a aliança política existente entre o, então, governador Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o prefeito Edvaldo Holanda Júnior, vinculado, à época ao Partido Trabalhista Cristão (PTC), mas, que seria reeleito, em 2016, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em seu primeiro pleito ao governo municipal, Edivaldo Holanda Júnior foi eleito sob o discurso de priorizar a educação e valorizar seus profissionais, inclusive, em sua campanha política, questionou a durabilidade e a persistência da greve dos trabalhadores em educação, na gestão do seu antecessor João Castelo, membro do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que disputava a reeleição, como falta de diálogo com o gestor público.

Tenho ouvido um triste relato sobre a Educação Pública da nossa cidade. Já estamos entrando no segundo semestre e infelizmente temos alunos fora da sala de aula. No início ano [2012], toda cidade de São Luís pode observar mais de 70 dias de greve dos professores, tudo por falta de diálogo com a categoria (Pronunciamento de Edivaldo Holanda Júnior, na propaganda eleitoral gratuita, durante a campanha de sua eleição em 2012).

Desta forma, suas promessas de campanha eram consoantes à um governo aberto ao diálogo com os diferentes segmentos da sociedade, com os movimentos populares e sindicais da área da educação, comprometendo-se, em seu plano de governo, com a instauração de escolas em tempo integral, promovendo a cultura e o esporte a partir do seu primeiro ano de mandato.



3. Alguns dos elementos motivadores da greve

O contexto caótico da educação municipal em que a cidade de São Luís se encontrava, no ano de 2014, causava nos professores um sentimento de indignação e frustração com a crescente precarização de suas condições laborais, conforme pudemos apurar nos depoimentos colhidos na realização deste estudo.

O cenário que os docentes entrevistados nos descreveram era de completo descaso com a garantia dos direitos educacionais mais elementares das crianças desta cidade.

Por sua vez, naquele momento, a pauta de reivindicações sindicais era composta por 19 itens, entre os quais, tínhamos destacado, o reajuste dos proventos, com base na lei do piso do Magistério de 8,32%, somado ao acúmulo das perdas salariais dos anos anteriores o que contabilizava um reajuste total de 20%, ratificou o Professor Hugo Rodrigues da Silva (depoimento concedido em 12/04/2017)

Desde que foi aprovada a lei nº 11.738/2008, que se convencionou chamar de Lei do Piso do Magistério, as greves e paralisações da categoria docente da rede municipal tinham como principal reivindicação a aplicação integral dessa lei, especialmente no que diz respeito ao reajuste anual dos salários com base no reajuste do valor do Custo Aluno/Ano do Ensino Fundamental da área urbana, que no ano de 2014 foi de 8,32%.

4. Ousadia e destemor docente na ocupação da sede da prefeitura municipal de São Luís

Um dos gestos políticos de grande ousadia e destemor perpetrado pelos professores foi a ocupação política da sede da prefeitura municipal de São Luís. Essa destemida e intrépida ação ocorreu, exatamente, no final da tarde do dia 13 de agosto de 2014.

Pelo que nossos entrevistados relataram, estrategicamente alguns professores já havia, adentrando nos recintos franqueados ao público e mesmo nas dependências mais restritas da prefeitura, nos banheiros e no hall de entrada e salas de espera daquele estabelecimento.

Enquanto adotavam essa tática de ocuparem, de forma sorrateira, o prédio da municipalidade, amplos setores da categoria realizava uma assembleia, que seria



seguida de uma carreata, com o propósito de fazer realizar mais um ato de protesto, mas, sem se tornar público local de sua efetivação. Exceto os membros da diretoria sindical e do comando de greve sabiam as escaramuças e dos ardis que estavam sendo tramados pela vanguarda dos professores grevistas.

Após a ocupação, deste emblemático prédio público, as principais ações da greve dos professores, como a realização das denúncias públicas e das assembleias gerais da categoria, aconteciam na Praça Dom Pedro II, estrategicamente, localizada em frente à prefeitura municipal.

1555

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados imediatos de um movimento grevista precisam ser valorizados, os aumentos salariais, a efetivação de melhores condições de trabalho, a manutenção da estabilidade, o estabelecimento de contratos e convenções coletivas de trabalho, qualidade e prestação no atendimento médico e sanitário, descanso semanal e férias remuneradas, condições de estudo e aperfeiçoamento profissional são fundamentais para todos aqueles que vivem do próprio labor no mundo do capital.

A construção da consciência política que os trabalhadores edificam nos combates das lutas de classes também se mostra de grande e significativa importância histórica e no questionamento ativo do *status quo* estabelecido pelas elites dominantes.

Por diferentes caminhos, a greve dos professores municipais de São Luís, se constituiu como um movimento vitorioso, especialmente, pelo processo participativo, contínuo e ativo de praticamente 100% da categoria, trazendo para a cena política suas legítimas reivindicações corporativas e a relevância histórica e social da luta em defesa da escola pública, laica, universal e gratuita para todos.

REFERÊNCIAS

BAUER, Carlos; DANTAS, Vanessa; BERNADI MIGUEL; Miriam Maria; PAIVA, Luís Roberto Bezerra de; DINIZ, Cassio. (Orgs.) **SINDICALISMO E ASSOCIATIVISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL**. Com escritos sobre os Estados Unidos da América, Inglaterra, México e Portugal. V. 2, Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Ed. Pulsar, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política** / Florestan Fernandes. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

THOMPSON, Edward P. **A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA** A árvore da liberdade v1. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Realização:



Apoio:

